



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO**

Processo nº 35000.001687/2019-01

Interessado: Banco BMG S/A, Maria de Jesus, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
  - 3.1. Folhas: 09
  - 3.2. Volumes: 1
  - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
  - 4.1. Volume de Processo: 1
  - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
  - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 19/11/2020, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1888666** e o código CRC **01DC1EAE**.

---

Referência: Processo nº 35000.001687/2019-01

SEI nº 1888666



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

INSS / PRESIDÊNCIA  
COMANDO Nº

479.154.247

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES  
**Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal**

SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204  
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF



Ofício nº. 32/2019

Brasília, 28 de janeiro de 2019.

Previdência Social  
SERVIÇO DE PROTOCOLO



35000.001687/2019-01

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)  
**Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul  
Brasília - DF

Assunto: **Envio de Acórdão para ciência**

Número do processo: **0721637-19.2018.8.07.0016**  
Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**  
RECORRENTE: **BANCO BMG SA**  
RECORRIDO: **MARIA DE JESUS PAZ**

Senhor(a) Juiz(a),

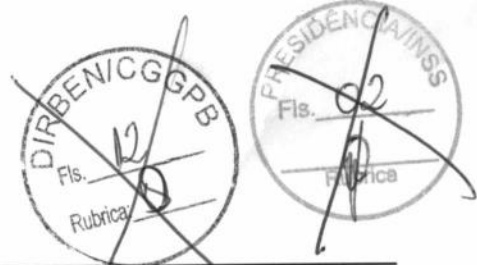
Comunico a Vossa Senhoria que foi proferida decisão (em anexo) nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) nº. **0721637-19.2018.8.07.0016**, em curso na Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, para fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Segue em anexo, o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado.

Atenciosamente,

**EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA**  
Diretora de Secretaria Substituta





28/01/2019

Número: **0721637-19.2018.8.07.0016**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **13/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 22.017,04**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0721637-19.2018.8.07.0016**

Assuntos: **Capitalização e Previdência Privada**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**



Partes	Advogados
BANCO BMG SA (RECORRENTE)	
	BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (ADVOGADO)
MARIA DE JESUS PAZ (RECORRIDO)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6488592	03/12/2018 15:20	Acórdão	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS



**Órgão** Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO  
FEDERAL

**Processo N.** RECURSO INOMINADO 0721637-19.2018.8.07.0016

**RECORRENTE(S)** BANCO BMG SA

**RECORRIDO(S)** MARIA DE JESUS PAZ

**Relator** Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

**Acórdão N°** 1140536

## EMENTA

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO  
CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO  
INSTRUMENTO CONTRATUAL. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO  
OBSERVADO. NOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CONSENTIMENTO DA  
CONSUMIDORA. NULIDADE DOS CONTRATOS. COMPENSAÇÃO ENTRE OS VALORES  
RECEBIDOS E EFETIVAMENTE PAGOS PELA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS NÃO  
CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO  
NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.
3. Com efeito, não consta do contrato assinado pela autora (ID 5421749, p. 1/7), de forma expressa e clara, o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário.
4. Da mesma forma, não há no contrato firmado o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.



Número do documento: 18120315200177900000006351681

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18120315200177900000006351681>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 03/12/2018 15:20:01

Processo 0721637-19.2018.8.07.0016 (1840912)

SEI 35000.001687/2019-01 / pg. 7

Num. 6488592 - Pág. 1

5. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 5421704, p. 1/22 e ID 5421702), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato em questão (ID 5421749, p. 1/7), nos termos do art. 51, IV, do CDC.

6. Ressalte-se, ainda, que ficou evidenciado na fatura do cartão que houve diversos saques complementares (ID 54217, p. 4, p. 15/16 e ID 5421702), caracterizando novações cujo consentimento da consumidora e as novas condições pactuadas não restaram comprovados nos autos. Portanto, devem as mesmas também serem consideradas nulas.

7. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora, tenho que mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo por ela efetivamente utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

8. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora (art. 42, parágrafo único, do CDC), que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre a quantia efetivamente cobrada até a data da declaração de nulidade do contrato e o montante comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 5421716, ID 5421715, ID 5421712, ID 5421709 e ID 5421706), na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.

9. Por outro lado, o valor pago a maior pela consumidora, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

10. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contratos de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais. Deve a sentença, portanto, ser reformada quanto a esse ponto.

11. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 5421749, p. 1/7) e suas posteriores novações contratuais (ID 54217, p. 4, p. 15/16 e ID 5421702), nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão e suas novações; c) determinar devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade do contrato e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (ID 5421716, ID 5421715, ID 5421712, ID 5421709 e ID 5421706), na forma simples e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, se houver, valores que tenham sido pagos a maior pela consumidora; e) afastar a condenação do réu a indenizar a autora em danos morais. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

12. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008. Custas recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

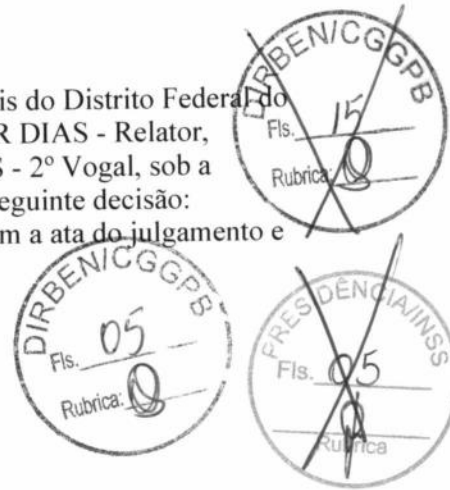
## ACÓRDÃO



Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 28 de Novembro de 2018

**Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS**  
Relator



## RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pelo réu contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou procedentes em parte os pedidos iniciais para: a) declarar a nulidade do contrato entabulado entre as partes; b) condenar o réu a pagar à autora R\$ 774,11, com as devidas correções; e c) condenar o réu a indenizar a autora em R\$ 5.000,00, a título de danos morais.

Defende a validade do negócio jurídico realizado e a legítima formação do saldo devedor, não existindo qualquer nulidade contratual. Assevera, também, a inexistência de danos morais e pleiteia, subsidiariamente, a redução do *quantum* indenizatório fixado.

Contrarrazões apresentadas (ID 5421766).

É o relatório.

## VOTOS

### O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e ao art. 46, ambos do CDC.

Com efeito, não consta do contrato assinado pela autora (ID 5421749, p. 1/7), de forma expressa e clara, o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário.

Da mesma forma, não há no contrato firmado o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do





empréstimo. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.

Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 5421704, p. 1/22 e ID 5421702), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato em questão (ID 5421749, p. 1/7), nos termos do art. 51, IV do CDC.

Ressalte-se, ainda, que ficou evidenciado na fatura do cartão que houve diversos saques complementares (ID 54217, p. 4, p. 15/16 e ID 5421702), caracterizando novações cujo consentimento da consumidora e as novas condições pactuadas não restaram comprovados nos autos. Portanto, devem as mesmas também serem consideradas nulas.

No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento da empréstimo por ela efetivamente utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu os valores emprestados pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre a quantia efetivamente cobrada até a data da declaração de nulidade do contrato e o montante comprovadamente disponibilizado pelo banco (ID 5421716, ID 5421715, ID 5421712, ID 5421709 e ID 5421706), na forma simples.

No sentido acima, cito precedentes das Turmas Recursais: Acórdão n.1117921, 07007674120188070019, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 17/08/2018, Publicado no DJE: 04/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: SANTO HELENO DE SA versus BANCO BMG S.A. Acórdão n.1120325, 07137793420188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 05/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada Partes: PEDRO BORGES DOS SANTOS FILHO versus BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

Por outro lado, o valor pago a maior pela consumidora, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contratos de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais. Deve a sentença, portanto, ser reformada quanto a esse ponto.

Recurso **CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 5421749, p. 1/7) e suas posteriores novações contratuais (ID 54217, p. 4, p. 15/16 e ID 5421702), nos termos do art. 51, IV do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão e suas novações; c) determinar a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade do contrato e os valores comprovadamente





disponibilizados pelo banco (ID 5421716, ID 5421715, ID 5421712, ID 5421709 e ID 5421706), na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, se houver, valores que tenham sido pagos a maior pela consumidora; e) afastar a condenação do réu a indenizar a autora em danos morais. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008.

Custas recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal**

Com o relator

## DECISÃO

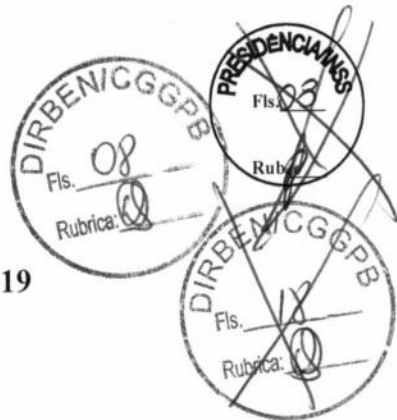
CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 31 / 01 / 2019




**Ref.:** Ofício nº 32/2019 (SIPPS nº 479.154.247)

**Int.:** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

**Ass.:** Processo nº 0721637-19.2018.8.07.0016

1. Ciente.
2. Encaminhar à Diretoria de Benefícios, de ordem do Senhor Presidente, para atendimento.
3. Restituir a este Gabinete com a informação de cumprimento, até o próximo dia 14/02.

  
**ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR**  
Chefe de Gabinete da Presidência



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES

Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal



Número do processo: 0721637-19.2018.8.07.0016

Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)

Assunto: [Capitalização e Previdência Privada]

RECORRENTE: BANCO BMG SA

RECORRIDO: MARIA DE JESUS PAZ

### CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de 28 de janeiro de 2019, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2019.

Assinado eletronicamente por: EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA  
28/01/2019 13:50:27  
<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento:



19012813502750100000006853743

IMPRIMIR

GERAR PDF



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35000.001687/2019-01.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador 5462997 e o código CRC EA4DA7A1.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001687/2019-01

SEI nº 5462997